

PAISAGEM E OLHARES: A PAISAGEM NOS DISCURSOS GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

Eliane Kuvasney¹

Resumo

O trabalho visa observar como historiadores e geógrafos apresentam a configuração territorial no planalto paulistano entre os séculos XVI e XVII. A partir do conceito de paisagem e sua evolução, busca-se compreender como o pesquisador constrói a paisagem colonial a partir de seus fragmentos (levantados na documentação) e se essa construção é fruto de avanços, retrações, incorporações ou mudanças de paradigma, no âmbito dessas ciências, quanto ao uso desse conceito.

A partir o quadro acadêmico institucional no qual os primeiros geógrafos e historiadores formados no Brasil produziram, podemos compreender como se deu a construção de paisagens pretéritas, em especial a configuração territorial no planalto paulistano entre os séculos XVI e XVII. Nossa tese principal é a de que geógrafos dessas primeiras gerações (principalmente dos anos cinquenta e começo dos anos sessenta) constroem paisagens pretéritas a partir dos trabalhos de seus predecessores – principalmente os historiadores – que dominavam o cenário acadêmico institucional quando da formação dos cursos de Geografia e História no Brasil.

Palavras chave: Geografia Histórica; Geografia Humana Retrospectiva; História; Paisagens Pretéritas; Planalto Paulistano; Paisagem Colonial.

¹ Mestre em Geografia Humana. Professora do Curso de Geografia. UNIFIEO (Osasco – SP, Brasil).
Email: ekuvas@yahoo.com.br

Introdução

Os primeiros geógrafos e historiadores formados no Brasil possuíam no currículo uma formação dupla em Geografia e História. A formação interdisciplinar e humanística era a marca dos cursos fundados em 1934 na Universidade de São Paulo. Para formar esses primeiros geógrafos e historiadores vieram jovens pesquisadores franceses como Fernand Braudel, Pierre Deffontaines, Jean Gagé e Pierre Monbeig, entre outros.

Conforme lembrou Pasquale Petrone (1994) o que ocorre a partir da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em São Paulo é explicado como uma revolução, no caso da Geografia, pois segundo ele, antes da criação do curso “o ambiente cultural, no caso específico da Geografia, não era suficientemente amadurecido para que sua produção científica fosse não apenas reconhecida, mas também frutificasse”.

Mas, antes disso já existiam geógrafos e historiadores no Brasil, que atuavam em ambas as áreas, como Delgado de Carvalho, Alfredo Ellis Jr., Afonso de Taunay, entre outros. Eduardo de Oliveira França (1994) lembra que, por isso, o impacto da fundação dos cursos na USP tenha sido bem menor para a História que sua criação para a Geografia. Nas palavras dele: *“Comparado, por exemplo, ao que sucedeu com a Geografia, em nosso campo foi menor o impacto causado pela criação da Faculdade de Filosofia. Em nosso país havia uma historiografia tradicional e nossa pesquisa teria naturalmente de se desenvolver em História do Brasil. Ora, na Faculdade foram professores de História do Brasil, historiadores brasileiros — Afonso Taunay e Alfredo Ellis Júnior —, afeiçoados a uma orientação tradicional. Somente mais tarde o professor Sérgio Buarque entrou como docente na Faculdade. Assim, a influência modernizadora dos professores estrangeiros foi neutralizada por aqueles historiadores brasileiros comprometidos com uma visão mais tradicional da História”*.

Fernando Novaes (1994) também fala da importância dos professores Taunay e Ellis Jr. Para a História do Brasil:

“Ambos marcaram a primeira fase dos trabalhos dessa cátedra, seguindo uma orientação tradicional. Em razão disso, a modernização da historiografia se deu, não nos temas de História do Brasil, mas, através da cátedra de História Geral da Civilização. Ou seja, pela cadeira ocupada pelos professores estrangeiros.”

Tal ambiente talvez explique o fato de que o curso de Geografia, “*no seio da então Subseção de Geografia e História, surgiu como linha auxiliar do curso de História. Tratava-se de uma das formas tradicionais de entender a Geografia, campo que deveria subsidiar a História*”, conforme as palavras de Pasquale Petrone (1994).

Essa introdução visa apresentar o quadro acadêmico institucional no qual os primeiros geógrafos e historiadores formados no Brasil produziram. A partir dele podemos compreender como se deu a construção de paisagens pretéritas, em especial a configuração territorial no planalto paulistano entre os séculos XVI e XVII. Nossa tese principal é a de que geógrafos dessas primeiras gerações (principalmente dos anos cinquenta e começo dos anos sessenta), constroem paisagens pretéritas a partir dos trabalhos de seus predecessores – principalmente os historiadores – que dominavam o cenário acadêmico institucional quando da formação dos cursos de Geografia e História no Brasil.

A paisagem colonial na obra de Aroldo de Azevedo

Aroldo de Azevedo, em **Vilas e Cidades do Brasil Colonial** (1956) tem como objetivo focalizar a repartição geográfica dos aglomerados urbanos do século XVI ao início do século XIX e suas características essenciais. Esse estudo, por ele intitulado de “geografia urbana retrospectiva” segue o modelo dos estudos do geógrafo francês Roger Dion (1949), da *Geografia Humana Retrospectiva*², que procurou “*reconstituir a paisagem natural e a paisagem humanizada correspondentes ao passado, interpretando-as à luz dos ensinamentos da Geografia Moderna*” (p.7).

Azevedo traça a tipologia dos aglomerados – feitorias (ou “cabeças de ponte”), vilas e cidades (no caso de São Paulo, “boca de sertão”) - embasada na tipologia proposta por Pierre Deffontaines (1935 e 1944). A concentração desses sugeriu ao autor uma regionalização econômica dos aglomerados quinhentistas: a região vicentina e a região pernambucana com 5 e 4 vilas respectivamente, além de um esboço de região, com uma cidade e duas vilas, em Salvador. Todos, exceto São Paulo – considerada boca do sertão, eram “aglomerados urbanos marítimos”. Salvador e Rio de Janeiro destacavam-se por sua função político-administrativa e Olinda e São Vicente como centros econômicos e “cabeças de ponte” das duas prósperas capitanias.

² A Geografia Humana retrospectiva, ou Geografia Histórica de Roger Dion “trata-se de uma geografia retrospectiva, que estuda o espaço de um tempo passado. O objeto é específico, não o método”, conforme Dictionnaire de Géographie et de Espace des Sociétés. J. Levy e M. Lussault. Paris, Belin, 2003, p. 465.

Nos demais períodos (século XVII ao início do século XIX), esse autor segue com a tipologia dos aglomerados, apresentando o número de cidades e vilas criadas e destacando os maiores centros urbanos de cada período.

As fontes utilizadas restringem-se aos historiadores publicados até 1950: H. Vianna, M. Fleiuss, Gandavo, Assis Cintra, Aires de Casal, T. de Azevedo, F. de Azevedo e Afonso de Taunay, dentre outros. Utiliza também documentos de viajantes, mas em número muito reduzido, como Joan Nieuhof, Gaspar Barléu, John Mawe e Spix e Martius, para apresentar os dados estatísticos sugeridos por estes, mais do que suas impressões sobre as paisagens coloniais. O autor utiliza também de informação secundária de vasto número de obras históricas de caráter nacional e regional, para levantar dados das cidades e vilas estudadas.

A partir dessas mesmas fontes, aborda outros temas como as características dos aglomerados coloniais – onde faz inferências sobre os aspectos estratégicos da localização; o papel dos cursos d'água na escolha do sítio e considerações sobre o traçado, função e nomenclatura dos sítios.

Como último capítulo, apresenta e discute a tese de O. Vianna (1949) sobre o “caráter anti-urbano” do Brasil colonial. Analisa esse autor e vários historiadores (P. Prado, A. Machado e S. B. de Holanda) que, segundo ele, partilhavam dessa idéia, concordando nos aspectos relacionados ao modo de vida dos cidadãos da colônia, mas discordando dos aspectos referentes à paisagem colonial, reportando-se aos 225 aglomerados urbanos existentes no final do período e justificando que tal número não desmentia a Geografia, que afirmava ser a concentração urbana um fenômeno recente (p.83).

Em **Aldeias e Aldeamentos de índios** (1959), Aroldo de Azevedo busca tipificar, localizar e mostrar a estrutura desses dois tipos de aglomerados não tratados no texto anterior e apresentá-los de acordo com a regionalização em vigor. Parte da afirmação de que as aldeias de índios não podem ser vistas como “embriões” de cidades³, já que somente os aldeamentos teriam esse caráter por possuírem o “elemento civilizador” (p.23).

Cabe lembrar que o autor considera aldeia como “*povoado construído pelos próprios índios, com recursos de sua técnica primitiva e de acordo com sua cultura,*

³ Tema já tratado por ele anteriormente, em Embriões de Cidades brasileiras. Boletim Paulista de Geografia n. 25, São Paulo, 1957, p. 35.

sem a interferência de elementos da cultura dita civilizada” (p.23). Constatado o fato, apresenta as aldeias de índios através da localização e estrutura. Ao falar da localização das aldeias usa de excertos de descrições feitas por outros autores: “ao pé da serra”, “próximas aos cursos d’água” ou “em lugar elevado, arejado, na vizinhança dos rios” (p. 24). Com relação à estrutura generaliza, citando Estevão Pinto⁴, que “*as aldeias tupi quinhentistas tinham suas habitações dispostas em torno de um pátio geralmente quadrado, o qual representava o fórum destinado às atividades religiosas e sociais do grupo*”, além de serem dotadas de paliçadas – ou *caiçaras*, dos tamoios – cercas construídas de varas ou troncos finos, que davam à aldeia aspecto de fortificação. Azevedo lembra que tais estruturas foram “*imediatamente adotadas pelos portugueses, tanto nas feitorias, como nas vilas do século XVI*” (p.26).

Quanto aos aldeamentos, os apresenta não mais restringindo à localização e a estrutura, mas destacando o papel das obras missionárias (p.26) e das obras leigas - através do extinto Serviço de Proteção ao Índio - (p.29), no processo de urbanização. A partir daí, regionaliza e quantifica as cidades e vilas surgidas de aldeamentos de índios: quantos e quais na Amazônia, no NE, na região Leste, no Sul e no Centro Oeste.

As fontes utilizadas são autores da história – E. Schaden, S. F. de Abreu, Serafim Leite e Capistrano de Abreu – e da etnologia e antropologia, principalmente padres que relataram suas visitas, estudos e/ou experiências nas obras missionárias – H. Baldus, G. Boggiani, E. Rivasseau, J.M. Madureira, Pizarro e Araújo, P. Massa, E. Pinto e A. Sepp. Quanto às obras leigas, utiliza dados do SPI e Arquivo do Estado. Para justificar a “obra de urbanização” feita via aldeamentos, cita descrições de viajantes como Condamine, Spix e Martius, Saint Hilaire e Pohl, dentre outros.

Ao opor as aldeias aos aldeamentos os diferencia, como dito, pelo “elemento civilizador” contido nos últimos. Eram aglomerados “criados” e não “espontâneos”, termos utilizados para contrapor o aldeamento à aldeia. Cabe aqui um parêntesis: Azevedo está retomando uma discussão – a diferenciação entre aldeias e aldeamentos – desdobrando uma discussão que já aparece no seu texto de 1957, **Embriões de cidades brasileiras**. Lá ele apresenta uma tipologia dos povoados caracterizados como embriões de cidades que podem ser encontrados no Brasil, dentre eles estão as aldeias e os aldeamentos de índios, (p.35). Lembra que Rubens Borba de Moraes (1935) e Pierre

⁴ PINTO, Estevão. **Os indígenas do nordeste**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938, tomo II, p. 163.

Deffontaines (1944) foram autores que apresentaram tipologias semelhantes⁵. No mesmo texto, mais adiante, ao aprofundar esse item de sua tipologia, usa os mesmos argumentos encontrados no texto de 1959 para distinguir aldeias de aldeamentos e afirma que “tal distinção é importante porque, em princípio, as aldeias de índios não podem ser consideradas embriões de cidades, bem ao contrário do que acontece aos aldeamentos” (p.39). As argumentações para a inadequação das aldeias, além da ausência do elemento civilizador, aparecem ligadas às suas formas, ora em plano circular (Bororos e Canelas), ora em plano retangular (Tupis). “*O plano circular de ambas (Bororos e Canelas) mostra muito bem que tais aldeias não podem ser consideradas como embriões de cidades*” (p.40).

Azevedo, nessa aparente contradição, parece titubear diante de uma verdade estabelecida. Ousa classificar as aldeias como embriões de cidades, mas volta atrás. Apesar disso, em ambos os textos, ele marca posição com a seguinte argumentação: “*Todavia justifica-se nossa referência às aldeias de índios porque muitos elementos originais, característicos desses aglomerados indígenas, vêem-se conservados nos aldeamentos*” (1957, p.39). “*Isto justifica a referência que ora lhes fazemos, se bem que de maneira muito sintética*” (1959, p.24).

A paisagem colonial na obra de Pasquale Petrone

Pasquale Petrone na sua obra principal, **Aldeamentos Paulistas**, de 1965 (publicada em 1995), tem como objetivo esboçar quadros pretéritos, paisagens desaparecidas, a partir dos quadros atuais, visando a compreensão dos processos de criação das paisagens culturais (p.11). Em suas palavras “*procurou-se verificar o significado da presença do aldeamento no processo particular de organização do espaço do Planalto Paulistano e áreas contíguas... uma tentativa de interpretar fatos do passado que, de uma ou de outra forma, se entrosam com os do presente, propiciando melhor compreensão dos fatos atuais na organização do espaço*” (p.14-16).

Na primeira parte do trabalho, segue a metodologia de seu orientador – o professor Aroldo de Azevedo - informando-nos a respeito da fisionomia, da estrutura, das funções e da importância dos centros urbanos do Planalto paulistano e da Baixada Santista (tipologia), considerados em conjunto, um único sistema (regionalização).

⁵ Ambos ignoram as aldeias indígenas como possíveis embriões de cidades, mas ambos consideram os aldeamentos. Moraes utiliza o termo “aldeias de índios” para se referir aos aldeamentos, assim como Deffontaines utiliza o termo “reduções”.

Analisa primeiramente a posição geográfica do núcleo paulistano (não da cidade de São Paulo, mas da área que convencionou-se chamar de Campos de Piratininga) e da vocação cristalizadora do povoamento da área do Campo, buscando mostrar que “*a condição de core demográfico já estava definida para os Campos de Piratininga em época pré-cabralina*” (p.12), ou seja a valorização da posição dessa área se verificava antes da chegada do europeu, já estava expressa no artigo de Caio Prado Jr. (1935) **O fator Geográfico na formação e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo**, que exerce forte influencia sobre os autores estudados⁶.

Mas há um elemento novo aqui: o conceito de *paisagem cultural*, definido por Carl Sauer (2004) em 1925 como “*modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado*”. Petrone não cita Sauer, mas trabalha com autores da chamada Geografia Histórica como R. Dion, O. Marinelli, J. Brunhes e C. Vallaux, que discutiram essa temática.

Essa geografia que valoriza as paisagens culturais fica expressa nos temas desenvolvidos como quando afirma que “*formas pretéritas de valorização, já resultantes da interação entre condições do quadro natural e grupos humanos com determinada bagagem técnica, expressam-se em quadros culturais em face dos quais, em época posterior, o homem dá margem a novos processos de interação. Assim, por exemplo, as formas de valorização da baixada litorânea ou de terras do planalto pelo ameríndio em época imediatamente pré-cabralina, assim como a definição de instrumentos de circulação entre as duas áreas, implicaram um longo processo em que a experiência adquirida por muitas gerações, levou a uma determinada organização do espaço... Insiste-se, portanto, que mesmo formas atuais de organização do espaço, na aparência inteiramente novas, não podem ser dissociadas, in totum, de formas anteriores*” (p.13).

A terceira parte do trabalho é uma construção das paisagens pretéritas dos aldeamentos do Planalto Paulistano, feita a partir de vasta documentação primária e autores até então ignorados por Azevedo, como Sergio Buarque de Holanda, apesar de conter uma estrutura dita “tradicional” nos estudos geográficos (o sítio, a administração,

⁶ A tese de que a posição geográfica de São Paulo explica o papel proeminente que a cidade teve e tem na economia nacional – que o Planalto Paulistano (e nele os Campos de Piratininga) é o centro de um entroncamento natural de três grandes passagens definidas pelo relevo para o interior do continente, que o clima é saudável e a ocupação por vários grupos indígenas até a colonização atesta a excelência do local.

evolução, funções, estrutura, aspectos demográficos, principais atividades, o problema das terras, quadro de vida diária).

A questão das aldeias como embriões de cidades é aqui retomada e discutida. Petrone vê as aldeias indígenas como sítios aproveitados para a criação de novos aglomerados, a partir da leitura de S. B. de Holanda (1956, 1957), citado para justificar os argumentos a seguir. *“Em síntese, os quadros de povoamento pré-cabralino forneceram os elementos que, utilizados primeiro pelos jesuítas na sua ação catequisadora, resultaram na definição, pelos aldeamentos, de importantes instrumentos no processo de colonização. É evidente que os referidos quadros devem ter tido importância não descurável na criação de novos núcleos. Isso tendo em vista que o colono, e o europeu de um modo geral, conseguiu sobreviver na nova terra em especial porque soube utilizar-se, a seu proveito, da experiência indígena. Foi assim que os gêneros de vida foram definidos, foi assim com a utilização dos caminhos e foi assim com a maior parte dos sítios aproveitados para a organização dos aglomerados. As aldeias pré-cabralinas, em conseqüência, frequentemente devem ter tido continuidade na fase pós-cabralina”* (p.109).

Conclusões

As obras aqui analisadas fazem parte de um universo maior, desenvolvidas pelo grupo de historiadores e geógrafos dirigido por Aroldo de Azevedo entre os anos cinquenta e sessenta, na sub-sessão de Geografia e História da FFCL da Universidade de São Paulo. Devem ser aí incluídos os quatro volumes de *A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana* (1958), *Pinheiros: estudo geográfico de um bairro paulistano* (1963) e *A Baixada Santista* (1965), dentre outros. A preocupação central nessas obras era entender o processo de estruturação do espaço urbano e suburbano e o papel proeminente que a capital tinha no século XX sobre o Planalto Paulistano e o estado, ou seja, seu objetivo explícito era entender a posição de São Paulo na contemporaneidade. Predominou, entre esses intelectuais, a percepção de que o colono foi o idealizador dos cenários humanizados – das cidades – e os índios, a mão de obra.

Observou-se que a base documental das obras de Aroldo de Azevedo é secundária: ele se utiliza das interpretações dos historiadores que escreveram em período imediatamente anterior (décadas de trinta e quarenta) para construir a paisagem

urbana da colônia. Já Pasquale Petrone apóia-se em dados primários e também nos historiadores e geógrafos que o antecederam.

A investigação do urbano que ambos desenvolvem segue um tratamento teórico metodológico dado por seus mestres Pierre Deffontaines e Pierre George, que inclui estabelecimento de tipologia, apresentação da estrutura e proposta de regionalização. Essa metodologia é clara nas obras de Azevedo. Já na obra analisada de Petrone, observamos que, além da tipologia, estrutura e regionalização, esse autor se preocupa com a construção de uma paisagem cultural do subúrbio, utilizando-se de outros mestres franceses, como Jean Brunhes e Camille Vallaux, além de incluir as obras de S. B. de Holanda em suas considerações - apesar de considerar as sociedades tribais e o que dela se projetou no presente - o subúrbio - como decadentes. Ainda que Petrone dialogue com S. B. de Holanda quando afirma a existência de fragmentos de tempos pretéritos, distancia-se deste quando deixa de observá-los e analisá-los. Sérgio Buarque de Holanda esclarece as formas e modos de intervenções indígenas na natureza. Assim, atribui movimento aos índios que, da mesma forma que o colono, incorporam algumas ferramentas estranhas á sua cultura, mas que auxiliam em sua sobrevivência. Para este historiador, o Brasil é resultado do encontro de culturas. Diferentemente, Petrone observa a realidade brasileira como composta por uma dualidade, um setor moderno e outro atrasado, destituído de dinâmica.

No que se refere à paisagem colonial construída pelos autores, é preciso ter em mente que *“a paisagem não constitui um fato, existe somente enquanto elaboração intelectual, através da qual selecionam-se e organizam-se elementos concretos apresentados na forma de uma descrição, uma pintura, um cenário, uma fotografia. Na elaboração desse quadro, entram não só materiais nos quais facilmente se consegue distinguir a representação do representado, mas também juízos de valor, mitos antigos e necessidades presentes, que determinam a seleção e a organização das matérias que compõem a paisagem. Esses condicionantes podem ser tanto inconscientes - o fato de não se ver - ou conscientes o fato de se querer omitir por se considerar irrelevante ou por necessidade. Assim a representação contém mais do que o representado, não pode ser encarada como um simples reflexo”* (Correa, 1997).

A representação de paisagens urbanas pretéritas através de uma tipologia, como apresentado por Azevedo e as paisagens advindas dos termos empregados “cabeça de ponte” e “boca do sertão”, nos levam a imaginar aglomerados diferentes: o primeiro

como nó de uma rede e o segundo como limite do mundo civilizado. Essa construção, que impõe a separação entre civilização (a vila, o aldeamento) e barbárie (o “sertão”, a aldeia), é herdada dos antecessores – historiadores e geógrafos – mas é reafirmada através de argumentos conscientemente contestáveis (como a forma circular das aldeias Bororo ou a retangular das aldeias Tupi), porém relevantes, de acordo com a construção pretendida pelo autor. *“Nesse sentido, nas descrições de paisagens podem ser encontrados elementos da realidade ao mesmo tempo em que se oculta um mundo que se estranha e não se consegue ou não se quer ver. Muitas vezes, apenas se focaliza aquilo que interessa. Elas são imagens que um grupo, um povo ou uma classe tem de si mesmo e impõe para o resto da sociedade, e pelas quais procura perpetuar uma dominação”* (Correa, 1997).

Petrone, apesar de inserir um novo conceito, o de paisagem cultural, e de dialogar com Sergio Buarque de Holanda, também nos apresenta uma paisagem dual, que contrapõe civilização e barbárie, ao apresentar as sociedades tribais e o que dela se projetou no presente – o subúrbio – como decadentes.

“Ao se reconstruir uma paisagem abrangendo seu movimento, não há como fugir às representações que lhe dão forma, tem-se que superá-las pela crítica para se divisar o real... A representação engloba a ideologia, e ambas têm suas raízes no vivido, porém elas não devem ser confundidas. A ideologia é uma construção muito mais consciente, fazendo parte de uma tática de ação, enquanto a primeira encontra-se incorporada a uma estratégia inconsciente de domínio. A força de ambas está no fato de deitarem raízes no real” (Correa, 1997).

Bibliografia

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. **Boletim da FFCL** n. 208, **Geografia** n. 11. São Paulo, 1956.

AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de cidades brasileiras. **Boletim Paulista de Geografia** n. 25. São Paulo, mar.1957, p. 31-69.

AZEVEDO, Aroldo de. Aldeias e Aldeamentos de índios. **Boletim Paulista de Geografia** n. 33. São Paulo, out. 1959, p. 33-40.

DEFFONTAINES, Pierre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo. **Geografia**, ano I, n. 2, São Paulo, 1935, p.117-169.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constitui no Brasil a rede de cidades. **Boletim Geográfico**, n. 14 e 15. Rio de Janeiro, 1944, p.140-148 e 299-308.

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens sobrepostas**. Índios, Posseiros e Fazendeiros nas Matas de Itapeva (1723-1930). Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 1997.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olímpio Ed. 1956. Col. Documentos Brasileiros.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro, José Olímpio Ed. 1957. Col. Documentos Brasileiros.

MORAES, Rubens Borba de. Contribuição para a História do povoamento de São Paulo até fins do século XVIII. **Geografia** n. 1, São Paulo, 1935.

PRADO Jr., Caio. O fator Geográfico na formação e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo. **Geografia** n. 3, São Paulo, 1935.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. São Paulo, Edusp, 1995.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORREA, R. Lobato & ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro, Eduerj, 2004, p.12-74.

VIANA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. volume I. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1949.

Revistas eletrônicas

Eduardo de Oliveira França: um professor de História. **Estudos avançados**. São Paulo, v.8, n.22, Dec. 1994. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141994000300013>. Acesso em: 07/06/2009.

Pasquale Petrone e a Geografia na USP. **Estudos avançados**. São Paulo, v.8, n. 22, Dec. 1994. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141994000300012>. Acesso em: 07/06/2009.

Fernando Novais: Braudel e a "missão francesa". **Estudos avançados**, São Paulo, v.8, n.22, dez. 1994. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300014> Acesso em: 07/06/2009.